

# A impossível pureza humana: um estudo da objetividade da notícia

Lílian Maria Ribeiro Conde\*

## Resumo

Este artigo apresenta e discute alguns conceitos de objetividade no jornalismo sob a perspectiva de que não há, em qualquer atividade humana, a objetividade e a subjetividade em estado puro, que ambas são conceitos relativos ao maior ou menor grau de apreensão da realidade externa. Para se chegar a esta conclusão empregou-se alguns conceitos retirados da filosofia, da psicanálise freudiana e da física.

## Palavras-chaves:

jornalismo, objetividade, subjetividade, princípio da não-contradição, princípio da realidade, princípio do prazer.

“As palavras do mundo estão loucas para formar sentenças.”

Gaston Bachelard (1884-1962)

## Abstract

This article presents and discusses some of the concepts of objectivity in journalism under the perspective that there isn't, in any human activity, objectivity and subjectivity in “pure state”, both being concepts that refer to a greater or smaller degree of apprehension of the external reality. This conclusion was based in concepts taken from Philosophy, from the Freudian Psychoanalysis, and from Physics.

## Key words :

journalism, objectivity, subjectivity, non-contradiction principle, reality principle, pleasure principle.

## Introdução

Não é possível falar em notícia sem falar em emissor e receptor, em comunicação, e sem levarmos em conta que a necessidade de conhecer o mundo faz parte da própria necessidade vital que nos orienta para fora de nós mesmos na esperança de satisfazer desejos de diversas ordens. O fato é que, se somos “seres pulsionais” como Freud assim o postula, estamos sempre em busca de objetos que representem possibilidade de satisfazer algum tipo de necessidade, inclusive a de conhecer o mundo que nos rodeia. Enquanto estivermos “vivos” física e psicologicamente, estaremos sendo capazes de estabelecer ligações com o que nos cerca: a isto Freud denominou “pulsão de vida” – a tendência gregária que se inicia com a inauguração da vida traduzida pelo choro do desamparo, que reclama cuidados, e contínua mediante a necessidade de estabelecer vínculos cada vez mais amplos com a realidade externa na qual nos encontramos inseridos.

A vida começa com uma notícia: a de nosso desamparo e necessidade do outro. E há de terminar com outra: a de nosso obituário. Neste intervalo, a sede de notícias refere-se também àquelas pertinen-

## A vida começa com uma notícia: a de nosso desamparo e necessidade do outro. E há de terminar com outra: a de nosso obituário.

tes à sociedade humana da qual fazemos parte.

A história da notícia caminha *pari i passu* como desenvolvimento tecnológico – agente propiciador e facilitador das comunicações.

Thompson (1998) estudando o estabelecimento de comunicações como processos que incluem as novas tecnologias, distingue aquelas em interações face a face, interações mediadas e interações quase mediadas. As primeiras são aquelas nas quais o contexto comunicativo é compartilhado em termos de tempo e espaço, oferecendo amplo acesso às dicas simbólicas ou linguagem não verbal. As “interações mediadas” são aquelas nas quais entre o emissor e o receptor encontra-se o meio técnico (telefone, fios elétricos, papel, ondas eletromagnéticas) estabelecendo pontes para a transmissão de conteúdos simbólicos. Tais interações se processam “entre indivíduos situados remotamente no tempo, no espaço, ou em ambos” (THOMPSON, 1998, p.78). As características das interações mediadas são a separação entre os contextos (temporais, espaciais) do emissor e receptor, a disponibilidade da informação estendida no tempo e no espaço, o caráter dialógico da comunicação, sua orientação para receptores específicos e a limitação

<sup>1</sup> Para Goffman (apud THOMPSON, 1998 p. 82) o indivíduo tende a suprimir condutas que contrastam com determinado ambiente (Região de Fundo) e a substituí-las por outras tidas, por ele, como adequadas (Região Frontal). Na interação quase mediada, a região de fundo pode sofrer cuidadoso controle mesmo quando revelada; as deixas simbólicas tornam-se reduzidas – salvo quando há possibilidade de interatividade com “feedbacks” imediatos e contínuos

<sup>2</sup> Remetemos o leitor para a obra de Meditsch (1992) da qual resultou o artigo “O Jornalismo como Forma de Conhecimento: uma abordagem qualitativa.” Nele o autor discute as diferentes teorias do conhecimento e seus reflexos sobre o jornalismo como fonte de conhecimento, concluindo que “O Jornalismo serve ao mesmo tempo para conhecer e reconhecer.” (p. 12)

<sup>3</sup> Têm-se dito que a ficção pode ser tomada por notícia, tal qual o foi quando da interpretação radiofônica da “Guerra dos Mundos” de Orson Welles. Entretanto, um equívoco de interpretação é apenas a constatação de que o receptor, muitas vezes, não é crítico. Nada mais do que isso.

<sup>4</sup> Etimologicamente, a palavra virtual, segundo Pierre Levy (1996, p. 15), origina-se do “latim medieval ‘virtuallis’, derivado por sua vez de ‘virtus’, força, potência. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes.”

das deixas simbólicas ou comunicação não-verbal. O terceiro tipo de interação elencada por Thompson (1998) é a “interação quase mediada”. Este tipo de interação é aquela existente a partir do uso dos meios de comunicação de massa, tais como livros, jornais, revistas, rádio, televisão etc. As “interações quase mediadas” diferem dos outros dois tipos de interação – face a face e mediada – porque o conteúdo da comunicação orienta-se para um público receptor anônimo e potencialmente múltiplo; a linguagem é passível de controle<sup>1</sup> e constituem formas monológicas de comunicação, isto é, propiciam a interação entre leitores, radiouvintes e telespectadores, mas não entre o emissor original e os receptores da mensagem. É comunicação em sentido único e, portanto, não passível de reciprocidade interpessoal. Apesar desta última característica, assinala THOMPSON (op. cit.), laços de amizade, fidelidade e afeto são mantidos quando, por exemplo, prefere-se um determinado repórter ou noticiário a outro, ou quando surge o fenômeno do fã. Nesta última categoria insere-se a notícia jornalística e, seguramente, se não houvesse alguma subjetividade nas notícias jornalísticas tais laços de fidelidade não surgiriam. A

intersubjetividade é elemento necessário para que seja forjada esta modalidade de interação psíquica.

De outro lado, a notícia constitui uma forma de apreensão da realidade<sup>2</sup> e há que apresentar elementos reconhecíveis do fato, independentemente de qual agência ou repórter dele trate. Diferentemente das obras literárias, jornalismo não é matéria de ficção.<sup>3</sup> Nem mesmo nas obras de cunho ficcional é impossível falar de subjetividade como absoluto. Nelas sempre encontram-se presentes elementos da realidade imediata, que as torna passível de reconhecimento e identificação pelo leitor. Meditsch (1992), citando Paulo Freire diz: “Observava que quando qualquer tipo de informação é comunicada de uma pessoa a outra com sucesso, isto implica que ela não foi apenas transferida, como seria de uma disquete para outra num computador, mas que foi reconhecida pela pessoa que a recebeu”.

Dito de outra forma, ficção não é notícia salvo quando uma obra ou autor, em si, são ressaltados pela mídia. O fato noticioso se articula na produção de um evento externo ao indivíduo, enquanto a ficção é matéria de virtualidade<sup>4</sup> - esta, tanto mais digna de fé quanto mais dados de realidade externa pode incorporar em sua cons-

trução.

Muito tem se dito sobre a questão da objetividade e subjetividade da notícia. Autores alinham-se como partidários de um ou outro conceito. Entretanto, objetividade e subjetividade em estado puro existiriam? O que é objetividade jornalística? Os vínculos do receptor com um determinado jornal e repórter não seriam derivados da subjetividade com que os temas são tratados?

A partir destas indagações pretende-se, no presente artigo, trabalhar com a questão da objetividade e subjetividade jornalística a partir da hipótese que a própria condição humana impede que sejamos ou tenhamos qualquer absoluto.

### **1 - O Que é Objetividade Jornalística?**

A questão da objetividade e subjetividade da notícia têm sido tratada a partir do meado do século XIX, quando se discutiu os princípios de isenção e imparcialidade da notícia como componentes da ética jornalística na apreensão e divulgação de notícias. Antes de 1850, tal preocupação não existia: o noticiário era de cunho eminentemente pessoal, contendo – segundo Amaral (1996) – críticas pertinentes ou não, aos adversários de qualquer natureza e eram evitados de termos afrontosos.

**Muito tem se dito sobre a questão da objetividade e subjetividade da notícia. Autores alinham-se como partidários de um ou outro conceito. Entretanto, objetividade e subjetividade em estado puro existiriam?**

Ainda, segundo este autor, data de 1933 o emprego do termo objetividade da notícia (p. 36) e quatro fatores atuaram para que este princípio fosse definitivamente adotado: o advento das agências de notícias resultante das conquistas tecnológicas, marcadas inicialmente pelo surgimento do telégrafo, que facilitou a reprodutibilidade da notícia; o desenvolvimento industrial que veio a possibilitar o barateamento dos jornais e, ao mesmo tempo, seu acesso por diferentes classes sociais; as duas guerras mundiais que, mediante suas propagandas, demonstraram à comunidade jornalística como um fato pode ser manipulado, interpretado ou criado e, portanto, alertando para a crítica; o advento da publicidade e das relações públicas que, dissimulando os interesses comerciais sob o disfarce de atuação para bem comum, também emulou a atitude crítica e reflexiva.

Tal discussão permanece na atualidade parecendo dividir as opiniões em dois flancos opostos.

Segundo Amaral (1966) aqueles que defendem a subjetividade da notícia têm assinalado a impossibilidade de objetividade a partir do fato que o jornalista exerce uma profissão de cunho eminentemente social, sendo-lhe impossível, na busca da objetividade, separar-se de seu meio social – o

<sup>5</sup> Arrolando argumentos de jornalistas tais como: “paixão e adesão como envolvimento da profissão na vida pessoal”; “a dificuldade está em se fazer um jornalismo independente [...] que na realidade se origina na própria empresa”; “ditadura da pauta.”; “necessidade de efetuar um armistício consigo próprio”; jornalismo não é cruzada, o jornal não é seu...”: “Jornalista não pode ser militante”; “Intérprete da opinião do jornal”; “Fica mais fácil se houver afinidade com a linha do jornal”; “pesquisa com afinco, com vontade, sem preconceitos – o que exigiria um ambiente e uma estrutura ideais”, demonstram claramente a divergência entre as opiniões emitidas durante as entrevistas. Parecem variar entre ideal (conceito) e real (prática)

principal fornecedor de notícias. Outros, apontam como dificuldade para que se chegue à objetividade, fatores como a pressa que integra o cotidiano jornalístico e da qual podem ser originadas omissões que corrompem a veracidade da notícia, o preconceito, os interesses materiais da empresa, e a dificuldade de tempo e espaço destinado à matéria jornalística. Outros, afirmam que as fontes representam fator adicional para que a objetividade não seja lograda. Outros, vêem a edição da matéria jornalística como possibilidade de adulteração da notícia, tornando-a claudicante de aspectos da realidade da qual se originou. Outros ainda afirmam que as relações da imprensa com o Poder, representado pelos governos em geral, colocam o jornalista na difícil situação de noticiar o que deseja o Poder instituído pois, é dele que se nutre o noticiário. Ainda outros vêem a ideologia da empresa para a qual trabalha o jornalista como fator que impele a notícia a assumir a conformação ideológica do órgão.

Travancas <sup>5</sup>(1992), acompanhando o dia a dia de repórteres de jornal, rádio e televisão, fez desta jornada um relato exposto no livro “O Mundo do Jornalista”. De sua conversa com os profissio-

nais destas diferentes áreas da notícia, deduz-se que a objetividade como forma de traduzir a realidade dos fatos para o grande público por vezes esbarra em “acordos de cavalheiros” ou em questões que implicam ética jornalística. Exemplos destes casos são doenças de presidentes e casos de seqüestro.

Entre estes que defendem a subjetividade da notícia parece haver um ponto de vista comum relativo ao papel do social do jornalista, que não é o de mero informante, mas o de formador de opinião e de crítico dotado de pontos de vistas e valores sobre os quais não é possível transigir.

Agrupando-se em linha antagônica, encontram-se autores como Lippmann e Miller que defendem acirradamente a objetividade da notícia. Entre eles, Lichenberg (apud AMARAL, 1996, p. 61) diz que se alguém é acusado de tendenciosismo (ou subjetividade), este próprio fato demonstra a existência de seu oposto. Seus argumentos são os seguintes:

· “Uma queixa sincera de que uma matéria não é objetiva só tem sentido com a admissão anterior de que a objetividade é possível  
(por que se queixar do inevitável?).

A insistência de que o jornalismo não pode ser objetivo torna supérfluo o ponto de vista de que a objetividade é indesejável (por que perder tempo em denunciar o inevitável?).

A afirmação de que a objetividade não é desejável torna sem sentido a queixa de que o jornalismo não é objetivo (qual é a queixa?)”

Mas, o que é objetividade jornalística? Lage (2001, p. 34) diz que “o conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é na realidade, abandonando consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para se extrair desta apenas o que se evidencia”.

Amaral (1996) comenta em sua obra “A Objetividade Jornalística”, situações nas quais esta é tratada como a necessidade de que o jornalista se atenha aos fatos e guarde para si os juízos de valor que eventualmente possa fazer ou que deixe a interpretação da notícia para o editor, que a valorará segundo os interesses da empresa. Segundo este autor, há “alguns obstáculos no caminho da verdade” (p. 51) e são eles representados pelo pre-

## **O esforço para reunir em uma linha central os conceitos de objetividade e subjetividade da matéria jornalística traduziu-se na diferenciação entre notícia e reportagem.**

conceito (que distorce a visão por empregar as lentes da paixão), pelos interesses materiais das empresas jornalísticas (que impõem, a partir de seu desejo de lucro, a subordinação ao ponto de vista eficiente para que a empresa o atinja), a pressa (empecilho para que a notícia a ser divulgada, como furo jornalístico ou matéria do dia, possa ser exaustiva e profundamente pesquisada para ir ao conhecimento do público), a dificuldade de espaço e tempo (que leva o editor a cortar trechos de notícias, citações, etc) e a omissão (proposital ou não, ela fere, deturpa e distorce o fato).

O esforço para reunir em uma linha central os conceitos de objetividade e subjetividade da matéria jornalística traduziu-se na diferenciação entre notícia e reportagem. A primeira, deveria exclusivamente responder às perguntas: Quem ou o quê? Como? Quando? Onde? A reportagem por ser, segundo Lage, (2001 p. 82) mais planejada, segue a linha editorial, tratando de assuntos e não, de fatos. A reportagem ao responder ao porquê do fato noticiado permite versões da realidade, permite a investigação de causas e antecedentes, abrindo-se desta forma para o posicionamento subjetivo dos repórteres.

Entretanto, a despeito destes esforços para centralização dos conceitos de obje-

tividade e subjetividade, o que se torna patente é que se trata de objetividade e subjetividade como se um e outro fossem possíveis em seu estado puro.

Barros (1955, p. 21) tenta solucionar a questão introduzindo o conceito de que

“a objetividade de que tratamos em comunicação e em jornalismo distingue-se da objetividade científica. Esta faz referência a um processo a ser repetido para a reprodução de um resultado obtido em uma experiência anterior. Em jornalismo não há este tipo de base de comparação, sobretudo porque não há método científico próprio”.

Este conceito representa uma fuga da questão central: pode haver objetividade pura, em qualquer produto humano, seja ele ciência ou jornalismo? Dizer que a objetividade científica é diferente da objetividade jornalística arguindo o fato de que a notícia jornalística não se presta à repetição de um resultado logrado em uma experiência anterior, constitui sofisma. O núcleo de uma notícia, pode não ser reproduzível em relação ao passado, mas sem dúvida o é, nos diversos órgãos de imprensa, no momento em que um fato noticiável, de expressão nacional, ocorre.

Um outro argumento que pode ser con-

**O núcleo de uma notícia pode não ser reproduzível em relação ao passado, mas sem dúvida o é, nos diversos órgãos de imprensa, no momento em que um fato noticiável, de expressão nacional, ocorre.**

traposto a essa afirmação é de que a objetividade absoluta é possível para qualquer atividade humana ou ela é impossível. (Tal afirmativa remete-nos à discussão do princípio da não-contradição sobre o qual nos deteremos no segundo segmento deste artigo)

Entretanto, afirmar isto não deve resultar na compreensão de que a despeito da matéria jornalística possuir o mesmo núcleo noticioso em diferentes órgãos da imprensa, o fato noticiado, em si, possa ser isento e imparcial – ou seja, despido de subjetividade. A quem interessa que uma dada notícia seja levada a público em um dado momento, enquanto outras – de igual interesse para o público – são retiradas da pauta ou ainda, não mencionadas pelas fontes (sobretudo pelo Poder Político instituído)?

O conceito de notícia formulado por Lage (2001, p. 52) parece abarcar ambos os conceitos de objetividade e subjetividade propostos. Ele admite que notícia é “a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou” e que ela é composta de uma organização relativamente estável que vem a constituir seu componente lógico e componentes ideológicos, que são representados pelos elementos escolhidos segundo critérios de

valor essencialmente cambiáveis que se organizam na notícia.

## **2 – Objetividade e Subjetividade puras são possíveis?**

Andrade (apud AMARAL, 1996, pp. 22 e 23) afirma que a grande fantasia da nossa época é o

“mito da neutralidade científica, o mito que afirma a inexistência de mitos, o mito que expressa o desejo de uma transparência completa do real e, conseqüentemente, de um domínio absoluto da razão sobre a natureza e o próprio homem. Na verdade, é apenas um mito antigo com roupagem nova” e que “graças aos instrumentos teóricos elaborados por Marx, Freud, Husserl, Marcuse e tantos outros, já sabemos que por detrás da pureza, da objetividade e da serenidade da ciência oculta-se o vulcão de nossas paixões, de nossos desejos e de nossos interesses”

Japiassu (apud AMARAL, 1996, p. 23), na obra “O Mito da Neutralidade Científica”, diz que:

[...] a objetividade não existe. O que existe é uma objetivação aproximada ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Bachelard fala de conhecimento aproximado. Sem dúvida, o projeto do conhecimento científico é atingir a realidade naquilo que

**A discussão em torno da objetividade inspira-se no princípio da não-contradição de Aristóteles, segundo o qual uma coisa é o que ela é, não podendo então ser ao mesmo tempo outra coisa e menos ainda o que a contradiz.**

ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos; o sujeito constrói o objetivo de sua ciência. A objetividade não passa de um ideal: nenhum sujeito a realiza. Donde o conceito de objetivação”. (Grifo nosso)

A discussão em torno da objetividade inspira-se no princípio da não-contradição de Aristóteles, segundo o qual uma coisa é o que ela é, não podendo então ser ao mesmo tempo outra coisa e menos ainda o que a contradiz. Tal concepção essencialista na atualidade é discutida por autores como Atlan (1976) e Lupasco (1951), entre outros.

Atlan (apud PATRICK, p. 1) conclui que: “O enunciado do princípio aristotélico de não-contradição, “A” não pode ser ao mesmo tempo não-A”, não pode descrever a realidade uma vez que anuncia uma negação. Essa projeção do pensamento sobre a realidade não descreve necessariamente a realidade. O postulado inverso dizendo que a realidade é contraditória - embora também pelas mesmas razões indemonstrável - também é compreensível. Verdadeiro ou falso não é o único instrumento possível de conhecimento. Existem lógicas com muitos valores para as quais o indeterminado, por exemplo, é uma categoria do saber “ (U. ECO, 1965, p. 30 apud PATRICK Paul, grifo nosso)

Stéphane Lupasco, que examina o princípio da não-contradição a partir da Física, diz que em virtude do princípio de não-contradição, toda problemática contraditória, remetendo ao isso ou aquilo, conduz a uma anulação dos termos e engendra o nada, pois “para que um sistema exista, é necessário que os elementos que o constituem se atraiam e se repilam ao mesmo tempo (...), portanto, que os elementos energéticos contenham em si mesmos forças de associação e forças de dissociação simultâneas”.

Concordando com Atlan e Lupasco, acreditamos que objetividade e subjetividade não se excluem mutuamente, mas constituem, em conjunto, formas de apreensão diferentes de uma mesma realidade e na qual irá variar o grau de predominância do componente objetivo ou subjetivo.

Em psicanálise por exemplo, admite-se como princípios de funcionamento mental, o Princípio do Prazer e o Princípio da Realidade, ambos distinguidos a partir das descobertas de Freud sobre a dinâmica do inconsciente. Soube-se então, que o indivíduo é movido por forças de natureza inconsciente que buscam a eliminação das tensões geradas no interior do organismo, objetivando a obtenção do prazer.

**(...) o indivíduo  
é movido por  
forças de natureza  
inconsciente  
que buscam a  
eliminação das  
tensões geradas  
no interior do  
organismo,  
objetivando a  
obtenção do prazer.**

A este fenômeno Freud nomeou de Princípio do Prazer e que pode ser compreendido pela atuação da pulsão ignorando as condições para a sua realização e aquelas que possam vir a determinar sua supressão. Onipotência, imediatismo, gratificação alucinatória são suas principais características.

O Princípio da Realidade é, segundo Segal (1975, p. 34), “o Princípio do Prazer modificado pelo teste da realidade”. Neste, a realidade externa é considerada quer para a negação do desejo ou a interrupção de uma satisfação já em marcha, quer para a consecução do prazer.

Assim, se empregarmos os critérios freudianos de funcionamento mental, veremos que sob o primado do Princípio do Prazer não há distinção entre desejo e realidade. Fantasia confunde-se com realidade. Querer com poder. Reina o subjetivo em conjunto com as gratificações alucinatórias e também com psicoses. Entretanto, mesmo considerando-se o delírio e as alucinações, neles encontraremos elementos de realidade externa enredada na distorção fantástica. O que se verifica, neste caso, é o predomínio maciço dos processos primários de pensamento (fantasia, onipotência, gratificação alucinatória).

No funcionamento mental caracterizado

pela descrição do Princípio da Realidade, o indivíduo logrará alguma satisfação, porém subordinada às condições da realidade externa, representada esta pelo meio cultural e geográfico no qual se encontra inserido. Ou seja: o desejo adequar-se-á à realidade externa, realizando-se segundo o Princípio da Realidade ou poderá conhecer a frustração. Nesta forma de funcionamento mental na qual a realidade externa é considerada, os processos secundários (pensamento) intervêm para discriminar as condições para a realização de desejo ou para modificar a realidade.

Ambos os princípios atuam sobre o funcionamento mental dos indivíduos são: quando fantasiemos e sonhamos, por exemplo, estamos sob o influxo do Princípio do Prazer. Quando agimos adequando nossos desejos em consonância com o meio no qual vivemos, encontramos-nos sob o Princípio da Realidade. Somos pois habitados por ambos os mundos o interno (subjetivo) e o externo (objetivo). A prevalência de um sobre o outro é questão de graduação e jamais de exclusividade.

O princípio aristotélico da não contradição é negado pela própria teoria freudiana que admite a conciliação de opostos, tal como se observa no funcionamento

mental em consonância com o Princípio da Realidade. Neste a objetividade (condições da realidade) e subjetividade (desejo) organizam-se tendo em vista a consecução do prazer.<sup>6</sup>

Russel (1955, p. 47), embora seja considerado realista (objetivista), apresenta um ponto de vista próximo da teoria, de Freud, sobre os dois princípios de funcionamento mental. Em sua obra “Ensaio Céticos”(1955, p.47), diz que:

“a racionalidade pode ser definida como hábito de considerar todos os nossos desejos relevantes, e não apenas aquele que sucede ser o mais forte, no momento. Como racionalidade em opinião, é uma questão de grau. A racionalidade completa é, sem dúvida, ideal inatingível, porém, enquanto continuarmos classificando alguns homens como lunáticos, é claro que achamos uns mais racionais que outros. Acredito que todo progresso sólido no mundo consiste de um aumento de racionalidade, tanto prática como teórica. [...] mas pregar racionalidade é um tanto diferente, por que ela nos ajuda, de modo geral, a satisfazer nossos próprios desejos, quaisquer que sejam. O homem é racional na proporção em que sua inteligência orienta e controla seus desejos.”(grifo nosso)

<sup>6</sup>“El fin de un instinto es siempre la satisfacción, que sólo puede ser alcanzada por la supresión del estado de estimulación de la fuente del instinto” (FREUD, 1915 p. 2042).

<sup>7</sup> Costuma-se afirmar que a partir de Freud, não se pode falar em objetividade, pois segundo ele, “[...] a megalomania humana terá sofrido seu terceiro golpe, o mais violento, a partir da pesquisa psicológica da época atual, que procura provar ao ego que ele não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente. Os psicanalistas não foram os primeiros e nem os únicos que fizeram essa invocação à introspecção; todavia, parece ser nosso destino conferir-lhe expressão mais vigorosa e apoiá-la com material empírico que é encontrado em todas as pessoas.” (FREUD, 1917, p.2300) Entretanto, se alguma objetividade não fosse possível, como Freud teria chegado às suas conclusões a partir da clínica?

### 3 – Considerações Finais

Encimando este artigo colocamos o comentário de Gaston Bachelard que “as palavras no mundo estão loucas para formar sentenças”. Não cabe a nós, como se fossemos donos da verdade, que o jornalismo seja tarefa exercida com objetividade ou subjetividade.<sup>7</sup>

Elencamos algumas opiniões de jornalistas para demonstrar o que pensam estes profissionais a respeito de seu próprio trabalho no que tange ao tema que nos interessa: objetividade ou subjetividade da notícia. Em seguida apresentamos a opinião de filósofos, físicos e de Freud, buscando demonstrar que objetividade e subjetividade puras não existem. Sua presença podem ser detectadas muito mais em função de graus de aproximação da realidade do que de uma absoluta prevalência de uma em relação à outra.

Acreditamos que a organização estável – nos diversos veículos da imprensa – do fato ocorrido para transmiti-lo a quem não o presenciou é o que se pode entender por objetividade jornalística, independentemente dos percalços decorrentes do trabalho jornalístico e da ideologia da empresa para qual o jornalista trabalha – este fator constitui, segundo

Lage (2001), os componentes ideológicos da notícia.

Se a objetividade como apreensão do fato noticioso é importante, igualmente importante é a subjetividade veiculada na interpretação e comentários da notícia: são ingredientes da fidelidade dos receptores, tratada por Thompson (2000). Independentemente do fato de que a maior preferência de um órgão ou jornalista possa gerar dividendos de público e publicidade, o jornalista é também um formador de opinião, um esclarecedor crítico dos fatos cotidianos noticiáveis.

Fatores pertinentes ao trabalho jornalístico (pressão, omissão, fontes, relações com o poder político, ideologia da empresa jornalística, etc) podem induzir o jornalista a trabalhar mais identificado com os processos primários de pensamento e com o princípio do Prazer. Entretanto, este fator não descredencia a notícia como fruto de uma realidade objetiva, externa ao indivíduo que a ela presencia, já que o trabalho, por si só, impõe alguma ligação com os processos secundários e com o Princípio da Realidade.

Postular a crença de que somos apenas racionais ou que somos guiados estritamente pela nossa irracionalidade equiva-

le a tomarmos como verdadeiro o que é desfiguração do indivíduo. Se podemos afirmar alguma coisa do humano, é que somos conflitivos, pois passeamos no intervalo de sermos “ni ange, ni bête”, mas ambas as coisas ao mesmo tempo.

Decidir entre privilegiar a vantagem pessoal ao invés dos princípios éticos, quando ambos se contrapõem - não é tarefa apenas do jornalista: é dos indivíduos em geral. Esta decisão não se confina a uma questão de racionalidade (objetividade) ou de irracionalidade (subjetividade), mas em uma questão conflitiva sobre a qual dará a última palavra – em diferentes momentos – a capacidade de tolerância à frustração ou a possibilidade de adequação do desejo (Princípio do Prazer) à realidade externa (Princípio da Realidade).

#### \* Lílian Maria Ribeiro Conde

A autora é Psicanalista e Professora. É Doutoranda em Engenharia da Produção, ênfase em Mídia e Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e docente da Campanha Nacional de Escolas da comunidade em Minas Gerais.

#### Bibliografia

AMARAL, Luiz. A Objetividade Jornalística. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 1996.  
ATLAN, H. Entre le cristal et la fumée - essai

**Postular a crença de que somos apenas racionais ou que somos guiados estritamente pela nossa irracionalidade equivale a tomarmos como verdadeiro o que é desfiguração do indivíduo.**

sur l'organisation du vivant, Paris: Ed. du Seuil, 1979.

\_\_\_\_\_. A tort et à raison, col. Sciences Points, Paris: Ed. du Seuil, 1986.

BARROS FILHO, Clóvis. Ética na comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BUBBER, Martin. Eu e Tu. 2ª edição rev. São Paulo: Moraes, 1974.

FREUD. Projeto de uma Psicologia, 1885. Obras Completas. 1º. Vol. Trad. LOPES, Madrid, Espanha: BALLESTEROS Y TORRES, 1973.

\_\_\_\_\_. Los Dos Principios del Funcionamiento Mental, 1911. Obras Completas. 1º. Vol. Trad. LOPES, Madrid, Espanha: BALLESTEROS Y TORRES, 1973.

\_\_\_\_\_. Los instintos y sus destinos, 1915, Obras Completas. 3º. Vol. Trad. LOPES, Madrid, Espanha: BALLESTEROS Y TORRES, 1973.

\_\_\_\_\_. Teoria General de las Neurosis, 1917. Lcción XVIII, Obras Completas. 1º. Vol. Trad. LOPES, Madrid, Espanha: BALLESTEROS Y TORRES, 1973.

\_\_\_\_\_. Mas Alla del Principio del Prazer, 1920. Obras Completas. 1º. Vol. Trad. LOPES, Madrid, Espanha: BALLESTEROS Y TORRES, 1973.

LAGE, Nilson. Ideologia e Técnica da Notícia. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

LEVY, Pierre. O que é Virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

LUPASCU, Stephanie. Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie. Paris, França: Hermann, 1951. Reeditado por Ed. du Rocher, 1987.

MEDITSCH, Eduardo. O Conhecimento do Jornalismo. Florianópolis: EdUFSC, 1992.

RUSSELL, Bertrand. Ensaios Céticos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

SEGAL, SEGAL, Hanna. Introducion a la Obra de Melanie Klein, Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1965.

SANTOS, Rogério. A negociação entre Jornalistas e Fontes. Coimbra: Minerva, 1999.

THOMPSON, Jonh B. A Mídia e a Modernidade – Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

TRAVANCAS, Isabel. O Mundo dos Jornalistas. São Paulo: Summus, 1993.

PATRICK, Paul. Os Diferentes Níveis de Realidade entre Ciência e Tradição, disponível em: [www.cetrans.futuro.usp.br/diferentes\\_niveis.html](http://www.cetrans.futuro.usp.br/diferentes_niveis.html). Consulta realizada em 16/06/2004

\_\_\_\_\_ Os diferentes níveis de realidade – o paradoxo do nada, Ed. Polar, São Paulo, 1996.